

## **Comunicado das Federações e Associações Académicas e de Estudantes**

Contra a distinção das licenciaturas concluídas antes e depois de Bolonha

A Declaração de Bolonha, assinada em 1999, iniciou um processo homónimo com o objetivo principal de criar um Espaço Europeu de Ensino Superior – um espaço onde fosse introduzido um sistema de graus académicos facilmente comparáveis e reconhecíveis; promovida a mobilidade dos estudantes, docentes e investigadores; assegurada a elevada qualidade da docência e incorporada a dimensão europeia no ensino superior. A grande intenção de se iniciar “uma consciencialização crescente [...] da necessidade de criar uma Europa mais completa e alargada nomeadamente considerando e dando solidez à sua dimensão intelectual, cultural, social, científica e tecnológica” era por demais evidente, tendo como um dos grandes pontos a vontade de harmonizar toda a oferta formativa na Europa a fim de que os diversos cursos tivessem um reconhecimento no Espaço Europeu.

A Declaração de Bolonha foi assim um compromisso voluntário de cada país com a intenção de reformar o seu próprio sistema de ensino, reforma essa que nunca foi imposta aos governos ou instituições de ensino superior. Portugal, sendo um dos países subscritores de Bolonha, participou nesta corrente de mudança e de harmonização, sendo que tal processo tem a sua grande expressão em 2008/2009 quando grande parte dos cursos foi adaptada a Bolonha.

Na sequência da publicação dos avisos de abertura de 23 vagas de concurso público para a carreira de assessor parlamentar em diversas áreas no Diário da República, 2.ª Série, n.º 99, de 22 de maio de 2015 e das notícias veiculadas pela comunicação social no dia 29 de maio de 2015 sobre a não-aceitação por parte da Assembleia da República para aceder a tais carreiras de licenciados após a implementação do Processo de Bolonha, deixa este processo sérias dúvidas e inquietações às federações e associações académicas e de estudantes subscritoras deste documento.

Não se entende como é que a Assembleia da República que aprova o Processo em 2005 vem agora, anos após a sua já implementação e estabilização, renunciar aos princípios base da sua génese, não aceitando candidaturas de diplomados pós-Bolonha para os quadros da Assembleia da República. Ademais, acentua a Assembleia da República uma distinção e discriminação negativas a todos os licenciados ao abrigo deste processo, contribuindo de forma clara para a desvalorização destes licenciados, afirmando publicamente ao país que “a carreira de assessor parlamentar é uma carreira especial, que requer elevadíssima exigência”, criando uma inadmissível distinção do pré e pós-Bolonha. Mais grave ainda é a normatividade com que este critério é tratado através do Estatuto de Funcionários Parlamentares, que regula esta discriminação académica no Artigo 20º: “5 - Para a integração na carreira de grau de complexidade 3 é exigida a titularidade da licenciatura anterior ao Processo de Bolonha ou o 2.º ciclo de Bolonha.”

Perante os factos evidenciados e na plena consciência do nefasto efeito e preconceito com que as licenciaturas de Bolonha são rotuladas, vêm as federações académicas e de estudantes subscritoras deste documento manifestar-se veementemente contra tal opção que apresenta uma clara distinção entre as licenciaturas concluídas antes e depois da adaptação da oferta formativa nacional ao quadro acordado no Processo de Bolonha. É assim revelado enorme desconhecimento perante a aplicação do Processo de Bolonha, solicitando que sejam alterados os concursos entretanto abertos bem como o Estatuto que dá cobertura às exigências consideradas.

3 de Junho de 2015

As federações e associações académicas e de estudantes subscritoras:

Associação Académica de Lisboa (AAL)

Associação Académica da Universidade do Algarve (AAUAlg)

Associação Académica da Universidade de Aveiro (AAUAv)

Associação Académica da Universidade da Beira Interior (AAUBI)

Associação Académica da Universidade de Évora (AAUE)

Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL)

Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM)

Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD)

Federação Académica de Lisboa (FAL)

Federação Académica do Porto (FAP)

Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAEESP)

Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo (FNESPC)